

Investigação criminal: obtenção, análise e validação
de relatos

Alvinar S. Paças Junior

Juliany G. Guimarães

Universidade Católica de Goiás

Raimundo R. Medrado Junior

Polícia Militar do Estado de Goiás (D.S. / APM)

Goiânia, 2008

Investigação criminal: obtenção, análise e validação de relatos

Alvimar S. Pugas Junior

Juliany G. Guimarães

Universidade Católica de Goiás

Raimundo R. Medrado Junior

Polícia Militar do Estado de Goiás (D.S. / APM)

**Estado de Goiás
ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
BIBLIOTECA**

Goiânia, 2008

Investigação criminal: obtenção, análise e validação de relatos

Alvimar S. Pugas Junior

Universidade Católica de Goiás

Artigo apresentado ao Centro de Estudos, Pesquisa e Prática Psicológica do Departamento de Psicologia da UCG como requisito parcial para a obtenção do grau de Psicólogo. Campo de Estágio: Delegacia de Investigação de Homicídios.

Banca Examinadora:

Juliany Gonçalves Guimarães, Ms.
Presidente da Banca: Professor-Supervisor

Raimundo Rocha Medrado Junior.
Profissional de Campo

Jorge Moreira da Silva.
Convidado (a)

Data da Avaliação: ____/____/____

Nota Final: _____

Resumo

O presente estudo investigou os fatores envolvidos no processo de percepção, memória, evocação e expressão em duas categorias: o modo como quer e o modo como pode expressar, de testemunhas e autores de homicídio. Os instrumentos utilizados foram análise de inquéritos, com base na análise de conteúdo, e *checklist* de observação. Os dados coletados foram interpretados segundo teorias acerca da percepção, memória, *cold reading* e sinais de dissimulação. Os resultados indicaram que é possível, com ressalvas e conhecimento sobre os diferentes fatores envolvidos no testemunho, melhorar a coleta da prova testemunhal com técnicas psicológicas. Conclui-se então, que se faz necessária uma maior difusão dos benefícios que a psicologia pode oferecer para a investigação policial.

Palavras-chave: psicologia do testemunho, percepção, memória, *cold reading*, dissimulação.

Investigação criminal: obtenção, análise e validação de relatos

Alvimar Souza Pugas Junior

Universidade Católica de Goiás

Imagine-se na seguinte situação: você está diante da principal testemunha de um homicídio, ela está sendo chamada para depor pela terceira vez, visto que se verificou a presença de detalhes incoerentes e lacunas em seu relato. Tende a responder as questões pausadamente e com grande período de latência, apresenta pensamentos confusos, muda de posição constantemente e manipula objetos que se encontram a seu alcance.

Diante de tais pré-rogativas, o que possivelmente interfere no testemunho? Como a percepção e memória determinaram o armazenamento e evocação do evento? A personalidade da testemunha está contaminando o relato? Ela está nervosa ou dissimulando? Como o psicólogo poderia auxiliar nessa situação?

Entende-se por Psicologia Jurídica ou Forense como a área de trabalho e investigação psicológica especializada, cujo objeto de estudo é o comportamento de autores jurídicos no âmbito do direito, da lei e da justiça (Colégio Oficial de Psicólogos de España, 1998, citado por França, 2004). Mira y Lopez (1967), considera-a como uma psicologia aplicada ao melhor exercício do Direito. Filho, Brandão, Melo, Pugas, Silva e Medrado (2003) destacam que a Psicologia Jurídica visa compreender a relação entre sociedade, normas e o conteúdo psicológico (elementos psicossociais) presente nestas.

A Psicologia se aproxima do Direito no final do século XIX, através do surgimento da Psicologia do Testemunho, intervindo na avaliação da veracidade do testemunho jurídico mediante testes psicométricos, posto que tais ciências se

estruturaram em pressupostos positivistas. Os antigos métodos de obtenção de confissão foram substituídos por métodos de exploração psicológica, ocorrendo a psicologização do processo jurídico, onde não somente o criminoso deveria ser examinado, como também aquilo que relatou a testemunha (Jacó-Vilela, 1999; Bernardi, 1999, citados por Filho *et al*, 2003; Altoé, 2001).

Nesse sentido, o presente estudo pretende identificar os diferentes fatores que influenciam em uma situação de depoimento ou testemunho. Testemunha é definida como uma pessoa distinta dos sujeitos processuais que, convidada na forma da lei, apresenta-se por ter conhecimento do evento ou ato através de qualquer um dos meios de percepção. Pela baixa força probante da prova testemunhal, é necessário limitar a admissibilidade da mesma. (Costa, 1987).

Não seria razoável exigir-se de nenhum homem que contribua em sua acusação e, ao contrário, tal atitude agrediria aos princípios de sobrevivência humana. Contudo, não se pode exigir que alguém fale, e mais ainda, fale a verdade. Portanto, não seria inconstitucional capacitar-se a identificar ou contornar tais empecilhos em uma investigação ou testemunho. E é nesse propósito que se pode apoiar a Psicologia do Testemunho e seus aspectos que serão descritos a seguir.

Querejeta (1999) define Psicologia do Testemunho como uma disciplina recente em sua atual orientação, completa pelo campo em que atua e potencialmente perigosa pela utilização que dela se requer. Segundo o mesmo autor, é uma das ciências do comportamento que serve para conhecer, compreender e tem como aspiração prever determinados comportamentos do ser humano. Para Trindade (2004) a psicologia do testemunho é uma disciplina ainda por fazer.

Mira y Lopez (1967) considera que o estudo de uma pessoa que tenha tido contato com um acontecimento qualquer depende essencialmente de cinco fatores: a)

como percebeu esse acontecimento; b) como sua memória o conservou; c) como é capaz de evocá-lo; d) como quer expressá-lo; e) como pode expressá-lo. Seria necessário que a Psicologia aprofundasse no estudo de cada um desses cinco fatores isoladamente e, depois, confrontasse o testemunho em sua totalidade com a realidade para que obtivesse dados fidedignos.

Primeiro fator – Atenção, percepção e apercepção

Estado de Goiás
SECRETARIA DE POLÍCIA MILITAR
BIBLIOTECA

O primeiro conceito a ser entendido antes de considerar efetivamente o ato perceptivo, é o de atenção. Atenção é a direção da consciência ou estado de concentração mental sobre determinado objeto, podendo ser efetuado de forma voluntária ou espontânea; externa ou interna (processos mentais); focal ou dispersa. Possui como características a seletividade, sustentabilidade, tenacidade e vigilância (Cuvillier, 1937, citado por Dalgalarondo 2000; Dalgalarondo, 2000).

Com a definição da atenção e suas principais características, a percepção é definida por Dalgalarondo (2000) e Coelho (1999) como a tomada de consciência de um estímulo sensorial, de forma nítida, corpóreo, estável, externo, influenciável voluntariamente e completa. Coelho (1999) destaca que a interpretação dessa percepção é feita pelo aparelho psíquico, tendo grande influência do inconsciente.

Mira y Lopez (1967) considera que toda percepção é uma experiência psíquica na qual se fundem elementos intelectuais, afetivos e conativos. Portanto, é importante diferenciar percepção, como capacidade neutra, sem desejo, sem memória e sem compreensão; de apercepção, aquela percepção carregada das nossas vivências e valores (Trindade, 2004; Cabral & Nick, 1996, citados por Dalgalarondo, 2000). Via de regra toda percepção é uma apercepção.

A principal alteração que a percepção pode sofrer é a ilusão, uma percepção deformada de um objeto presente que ocorre em estados de rebaixamento do nível de

consciência, estados de fadiga ou inatenção, e determinados estados afetivos/emocionais (Dalgarrondo, 2000). Mira y Lopez (1967) considera os estados afetivos/emocionais como os mais influentes, expressos pela “sugestão de espera”, em virtude da qual a consciência dá por ocorrido o que ainda não foi ou só o foi em parte.

Segundo Macedo, Covre, Orsati, Oliveira e Schwartzman (2007), é mais fácil encontrar estímulos desconhecidos entre estímulos familiares que um estímulo familiar entre distratores desconhecidos e que ambientes familiares favorecem em maior grau a procura do que ambientes desconhecidos. (Shen, 2001; Reicher, 1976 citados por Macedo *et al*, 2007).

Da Silva, Casanova, Filho e Santillán (2006), citando Gogel (1993), Loomis e Philbeck (1999), Loomis, Da Silva, Fujita e Fukusima (1992), Cutting e Vishton (1995), consideram que o ambiente ao redor do observador se divide em espaço peripessoal (dentro do alcance das mãos), espaço de ação (dois a 30 metros) e espaço em perspectiva (maior que 30 metros); que a distância se divide em egocêntrica (do observador até uma localização qualquer) e exocêntrica (distância entre dois objetos). O espaço é organizado em termos de distância egocêntrica (com maior acurácia) e possui uma relação proporcional de distância e compressão.

Há de se destacar que, em virtude dos automatismos mentais, a mente efetua a percepção mais de acordo com a lembrança de como era do que com o conhecimento de como é (Mira y Lopez, 1967). Conseqüentemente, teríamos para Raye (1981, citado por Trindade, 2004) uma realidade percebida e uma realidade imaginada.

Segundo fator – Memória, rememoração e re-apresentação

Memória é a capacidade de registrar, manter e evocar fatos já ocorridos, e todo processo mnêmico resulta em um registro (permanente ou não). Divide-se em três fases: percepção, registro e fixação; retenção e conservação; reprodução e evocação. O processo de fixação depende do nível de consciência, atenção e concentração, sensopercepção, afetividade relacionada ao conteúdo, conhecimento anterior, compreensão, organização temporal e dos canais perceptivos envolvidos. A conservação depende da repetição e associação do conteúdo a outros elementos (Dalgarrondo, 2000; Helene & Xavier, 2003; Frank, 2002, citado por Frank & Landeira-Fernandez, 2006; Frank & Landeira-Fernandez, 2006).

O processo temporal de aquisição e evocação de elementos mnêmicos pode ser dividido, segundo Frank e Landeira-Fernandez (2006) e Dalgarrondo (2000) em: memória imediata ou de curtíssimo prazo, memória recente ou de curto prazo, memória remota ou de longo prazo, memória de longuíssimo prazo.

Acerca dos tipos específicos de memória, segundo Dalgarrondo (2000), Frank e Landeira-Fernandez (2006), Lombroso (2004) e Helene e Xavier (2003) temos: memória explícita, memória implícita (reflexa), memória de trabalho, memória episódica (eventos específicos da experiência pessoal; contexto e tempo), memória semântica (refere-se ao aprendizado de palavras e seu significado, ao registro e retenção de conteúdos em função do significado que têm. É voltada para o presente, contém fatos e informações sobre o mundo do indivíduo, é um acervo dinâmico de informações)

Para a situação de testemunho nos interessa as memórias episódica e semântica, visto que, exemplificando, a memória episódica refere-se ao fato ocorrido (relatos sobre o homicídio) enquanto a memória semântica seria a explicação do homicídio. Frank e Landeira-Fernandez (2006) consideram que as fronteiras entre

essas memórias estão expostas a mudanças pela vontade do sujeito, definindo o processo de rememoração como a combinação dessas duas memórias.

Re-apresentação é a apresentação de uma imagem na consciência sem a presença real e externa do objeto que gerou a imagem sensorial. É, para Coelho (1999), irreal, subjetiva e interna, podendo ser modificada por omissões ou alterada por fusão de elementos. Dalgalarondo (2000) destaca que a imagem mnêmica possui pouca nitidez e corporeidade, instabilidade, é introjetiva e incompleta. Coelho (1999) destaca ainda que, não ocorreriam apenas percepções que geram representações, mas também representações que forçariam a necessidade de percepções.

Atenção, percepção e memória seriam os três momentos de um processo contínuo, limitado e seletivo, funcionando não como um vídeo reproduzindo cenas e imagens, e sim como um método de reconstrução a cada recuperação (Bartlett, 1932; Broadbent, 1971; Ruiz-Vargas, 1982; Wyer & Carlston, 1979, citados por Solves, 1984). Para Bastos (1999) o fato de que o sujeito que rememora se veja dentro da cena, como um objeto dentre outros, é um indicio de que a re-apresentação é construída.

Terceiro fator – Mecanismos de repressão e falsas memórias

Frank e Landeira-Fernandez (2006) definem evocação como a etapa de acesso ao material mnêmico. O processo oposto a esse é o esquecimento. Segundo Dalgalarondo (2000), há três tipos de esquecimento: normal, por repressão e por recalque. Para Mira y Lopez (1967) as tendências afetivas são os instrumentos mais eficazes e capazes de perturbar o processo evocador, trazendo lembranças fragmentadas e deformadas, as quais o indivíduo procura completar utilizando cadeias de associações quando se dá conta da escassez de suas memórias. Situações

que envolvem um núcleo emocional intenso (homicídio) podem gerar também amnésias psicogênicas ou dissociativas, descrita por Frank e Landeira-Fernandez (2006) como necessidade do eu de proteger-se de tais conteúdos.

Ainda há possibilidade de ocorrência de falsas memórias. Stein (1999) define-as como a recordação de informações que não ocorreram e a vivência de tais recordações como verdadeiras, podendo ser espontâneas (Brainerd & Reyna, 1995, citados por Stein, 1999) ou sugeridas (Reyna, 1995; Loftus, 1979; Stein, 1998, citados por Stein, 1999). Neufeld, Domingos e Stein (1999) consideram que a produção e perpetuação de falsas memórias são influenciadas pelo tempo decorrido entre o evento, a recordação e o contato com informações novas, podendo alterar ou substituir a memória inicial.

As falsas memórias podem ser evitadas por dois métodos: análise de conteúdos baseada em critérios e entrevista cognitiva; a primeira é sugerida por Saldaña (2003), com a análise do relato de trechos, posterior a entrevista, com base na presença ou ausência de 19 indicadores de realidade, propostos por Steller e Kohenken (1994) que são: estrutura, contexto, detalhes, interações, associações, atribuições de estado mental, correções, dúvida, auto-desaprovação e característica do evento. Para a autora, as dificuldades desse tipo de análise concentram-se na falta de operacionalização, diferenciação e ponderação psicométrica dos critérios. A entrevista cognitiva, definida por Pergher e Stein (2005), é um processo de entrevista que faz uso de um conjunto de técnicas (como voltar mentalmente ao evento ou descrever diferentes aspectos sensoriais) para maximizar a quantidade e qualidade de informações obtidas de uma testemunha.

Quarto fator – Analisando o que foi dito e como foi dito: *cold reading* e dissimulação

Mira y Lopez (1967) destaca que, geralmente, a técnica seguida para aumentar a confiabilidade no discurso da testemunha é de atemorização do indivíduo, em detrimento ao reconhecimento prévio da personalidade da testemunha e de sua posição na situação de testemunhar.

Cold reading, ou “leitura fria”, é definida por Tradecraft (2002) como técnicas ou habilidades que são usadas para obter informações sobre a pessoa que se deseja ler. O funcionamento se dá através do efeito *forer* e do fenômeno chamado validação ou seleção subjetiva.

Estado do Ceará
SECRETARIA DE POLÍCIA MILITAR
BIBLIOTECA

Ler o comportamento não-verbal e inferir aspectos de sua personalidade, para Tradecraft (2002), Dimitrius e Mazzarella (2001), é uma questão de saber o quê olhar, ouvir e reconhecer padrões. Deve-se observar previamente: empatia, habilidade analítica, liderança, sociabilidade e idade. Tais categorias são indicativas de posição política, status, habilidades sociais e tipo de posicionamento em grupos.

Segue-se uma observação sobre traços mais marcantes, traços extremos, desvios, estado mental, traços opcionais, não opcionais e traços altamente indicativos. Em relação à aparência física e linguagem corporal, Dimitrius e Mazzarella (2001) consideram que todos os traços físicos opcionais refletem escolhas conscientes e assim tendem a revelar como a pessoa quer ser vista pelo mundo, podendo servir como compensação para traços não-opcionais.

Um dos comportamentos menos desejáveis em uma situação de testemunho é o comportamento dissimulado. Smith (2004) define-o como qualquer forma de comportamento cuja função seja fornecer aos outros, informações falsas ou privá-los de informações verdadeiras. Sob essa perspectiva, a mentira estaria presente em cerca de 25% das nossas interações sociais (Portella, 2006). Smith (2004) ainda ressalta que mentir pode ser um ato consciente ou inconsciente, verbal ou não-verbal,

declarado ou não-declarado. Bateson (1972), antropólogo citado por Smith (2004), assinalou que movimentos corporais involuntários, expressões faciais, hesitações, mudanças no ritmo da fala e dos movimentos, tom de voz e irregularidades de expressão revelam muito a respeito de nossos relacionamentos com os outros.

Para Portella (2006) os principais comportamentos não-verbais que fornecem informações acerca da autenticidade do discurso são divididos em três grupos, movimentos do corpo, face e paralinguagem. No primeiro temos os gestos, que são compostos por emblemas, ilustradores, manipuladores e, posturas e suas mudanças; no segundo grupo, face, tem-se expressão facial e comportamento ocular; no terceiro grupo, paralinguagem, examina-se a forma como se diz algo e não o conteúdo, levando-se em consideração velocidade, volume, tom de voz, fluência, pausas, discurso vago ou palavras de recheio e erros no discurso. A autora aponta dois meios para identificar quando alguém está mentido, o *leakage* e as *deceptions clues*.

Contudo, é necessário diferenciar os sinais de nervosismo de sinais de dissimulação ou ocultação. Dimitrius e Mazzarela (2001) consideram que o nervosismo é desconfortável, criando válvulas de escape, enquanto que os sinais comuns de ocultação incluem uma postura defensiva e afastada.

Dimitrius e Mazzarela (2001) ressaltam que os sinais de dissimulação geralmente aparecem quando a pessoa sabe que está mentido. Estes sinais são descritos como pouca fixação ocular, inquietação, fala rápida, mudanças na voz, movimentos repetitivos com o corpo, suor, tremor, passar a língua sobre os lábios ou dentes, inclinar-se para frente, familiaridade inadequada (invadir o espaço pessoal), qualquer movimento que esconda olhos, rosto ou boca.

Portella (2006) aponta uma análise que vai focar nos seguintes sinais: emblemas cortados e/ou incompletos, fora da região de apresentação; movimento da

cabeça discordante do discurso; raro uso de ilustradores e, quando há, aparecem fora de sincronia (se ocorrem em excesso, pode indicar a tentativa de valorizar a confiabilidade do discurso); aumento de manipuladores e mudanças posturais; menor uso do espaço interpessoal; discurso com volume aumentado, sem fluência, vago e repetitivo; hesita-se antes de responder e diminui-se o tamanho das respostas; o ritmo apresenta-se picado, com tentativas de conseguir maior tempo para responder; pausas longas ou frequentes; tom de voz torna-se agudo; presença de ato falho e tiradas; presença de gagueira, troca de letras e palavras parciais; as expressões aparecem quebradas, depois das palavras e com *timing* mais longo; aumento do contato ocular e piscadas; respiração mais curta e rápida, seguida de suspiros.

Para Dimitrius e Mazzarela (2001), o modo mais seguro de detectar uma mentira numa situação estressante é observar os padrões de comportamento, procurando consistências e desvios. Uma pessoa desonesta provavelmente se sentirá confortável em algum momento da situação estressante, diferente de uma pessoa nervosa que se comportará de maneira semelhante durante toda a situação. Para Portella (2006) quem dissimula prefere esconder a verdade em vez de inventar uma história fictícia do começo ao fim, dissimulando apenas a sua participação no evento.

Portella (2006) considera que a análise do corpo e voz apresenta um índice de eficácia de 85%, no que se refere à identificação da dissimulação. Pelas pesquisas de Zuckerman, Depaulo e Rosenthal (1981), Depaulo, Tang e Swain (1989), todos citados por Caballero, Sanchez e Becerra (2000), a eficácia é maior quando o emissor não é observado diretamente, conseguindo a máxima precisão quando os observadores dão relevância ao conteúdo verbal da mensagem e à informação paralinguística (entonação, pausas) que acompanham as palavras. Vários autores consideram que o treinamento e a prática aumentam a acuidade da detecção da

dissimulação. (Ekman, O'Sullivan & Frank 1999; Ekman & O'Sullivan, 1991; Ekman, 1996; Portella & Clark, 2006; Portella, 2006).

Quinto fator – “Como dizer o que quero dizer”

Este último fator refere-se à capacidade de dizer e ser entendido. Para tanto há de se ter em mente como as perguntas que são feitas podem influenciar em respostas que são desejadas e, conseqüentemente, no não entendimento do que o indivíduo quer dizer.

Mira y Lopez (1967) considera que o testemunho obtido por interrogatório representa o resultado do conflito entre o que o indivíduo sabe e o que as perguntas que lhe são dirigidas tendem a fazê-lo saber. Tendo isso em mente, o autor apresenta sete classes de perguntas: determinantes (onde, quando); disjuntivas completas (era assim ou não era assim); diferenciais (sim ou não); afirmativas e negativas condicionais (sim; não); disjuntivas parciais (este ou esse); afirmativas por presunção (tinha isto). As classes mais sugestionáveis são as últimas e menos sugestionáveis as primeiras. Entretanto, a única que merece o qualitativo de imparcial é a determinante (como, quando, por quê). Em suma, o relato espontâneo se mostra mais vivo, porém incompleto e irregular. O testemunho obtido por interrogatório costuma fornecer dados mais concretos, mas menos exatos.

O objetivo visado no estudo é o de viabilizar, identificar e sistematizar mecanismos e processos para obter eficácia e validade dos relatos obtidos por depoimento ou interrogatório. Será desenvolvido na Delegacia de Investigação de Homicídios, departamento especializado da Polícia Civil responsável pelo atendimento, registro e investigação de crimes com morte violenta na cidade de Goiânia-GO.

Método

Participantes

Conforme dados fornecidos pela Delegacia de Investigação de Homicídios de Goiânia-GO que revelaram a média de incidência de 30 ocorrências por mês, sendo o estágio desenvolvido durante quatro meses, foram selecionados para o estudo dois casos de homicídio, retirando de ambos o suspeito ou testemunha que participou, percebeu ou possuía algum conhecimento acerca de um fato envolvendo morte violenta, sem restrições quanto ao gênero sexual, nível escolar, capacidade física ou nível socioeconômico. Testemunhas com idade menor do que a exigida pela justiça foram desconsideradas para o estudo.

Materiais

As observações e validação dos testemunhos aconteceram nas salas da Delegacia de Homicídios (local do estágio). Para registro de dados, foram utilizados papel A4, canetas esferográficas, cronômetro e *checklist*. Para análise e organização dos dados obtidos foi utilizado um computador para digitação das informações.

Instrumentos

Os instrumentos utilizados na coleta de dados foram: análise de inquéritos usando-se a análise de conteúdo (descrito anteriormente na introdução) e *checklist* de observação (em anexo), desenvolvido especialmente para este estudo.

Procedimento

Feita a escolha, convocação e comparecimento das testemunhas pela Polícia Civil, o pesquisador, assistido por um observador-pesquisador, ambos com liberdade garantida para observar e registrar os comportamentos não-verbais da testemunha bem como fazer perguntas, sentavam-se a uma distância de aproximadamente três metros, dispostos na lateral, entre a testemunha e o investigador. A observação foi

feita de modo comparativa, levando em conta as perguntas que o responsável pela entrevista colocou anteriormente em pauta para os pesquisadores e as reações emocionais/comportamentais diante de tais perguntas. Os registros de tais comportamentos foram feitos numa forma de *checklist*. Posteriormente, a validação da observação foi realizada usando o método de concordância entre observadores.

Para aumentar a fidedignidade e validade dos dados obtidos, nos primeiros 10 minutos da observação focou-se apenas em estabelecer uma linha de base prévia, ou seja, quais os comportamentos não-verbais são inerentes à personalidade do sujeito, além de poder oferecer uma visão do estado emocional geral, tentando evitar que alguns destes mesmos comportamentos sejam confundidos como sinais que possam sugerir pouca validade do depoimento.

Nos casos de dissimulação usou-se, para aceitação ou refutação da hipótese, a análise de conteúdo, feita através da leitura e análise do inquérito. Nos casos de perguntas feitas pelo investigador que poderiam restringir ou sugerir certos tipos de respostas, apenas pontuou-se a atuação, desconsiderando em seguida a validade de tais respostas.

Com base nas observações, determinaram-se as contradições presentes entre perguntas/comportamentos e repassaram-se tais informações para os responsáveis da investigação a título de parecer.

A presença dos pesquisadores durante a exposição do testemunho só foi permitida com a leitura, concordância e assinatura do termo de livre consentimento.

Resultados

Caso 1 – Homicídio passional

Análise do Inquérito

A vítima de homicídio Mauro estava no bar de sua atual companheira Gigi, na companhia da mesma, quando seu ex-esposo, Ramirez, adentrou o bar, supostamente acompanhado de um amigo Giba. Ramirez sacou sua arma de fogo e efetuou disparos em direção à vítima, atingindo-a. O autor então empreendeu fuga, sendo barrado por Gigi, agredindo a mesma e, em seguida, se desfazendo da arma. Fatos adicionais dão conta que Mauro possuía uma companheira fixa e que Gigi seria um caso extraconjugal.

Ramirez alegou agir em legítima defesa diante de uma possível ameaça de Mauro, porém a maior parte das testemunhas informou que Mauro estava desarmado e que não possuía armas, levantando os braços no momento do homicídio. Ramirez alega ter havido uma discussão antes do assassinato, entretanto não coloca o teor e conteúdo de tal discussão.

Ramirez ressalta ainda que Mauro tivesse ciúmes, fato que não aparece em outros relatos. Testemunhas consideram, em geral, que Mauro era “estourado”, mas não agressivo, e que Ramirez é calmo. Os nomes apresentados são fictícios.

Checklist

O participante da pesquisa era o suposto autor Ramirez. Apresentou-se de forma espontânea, passados seis dias após o homicídio e acompanhado por seu advogado, contratado previamente por recursos particulares. O depoimento durou cerca de uma hora e vinte minutos e foi o seu primeiro durante o inquérito.

Ramirez trajava camisa social, calça jeans, sapatos pretos e limpos, unhas aparadas e protegidas por esmalte tipo base, cabelos curtos e limpos, barba aparada, relógio de pulso e não ostentava correntes ou jóias.

Sobre as condições da percepção do evento, não existia nenhuma barreira física entre Ramirez e Mauro, a iluminação era artificial, não estava sob influência de drogas sensoperceptiva e encontrava-se há dois ou três metros da vítima.

Sobre o tipo de relação mantida entre as pessoas participantes do evento, Ramirez era ex-marido de Gigi, casamento este que durou sete anos, estando separados há oito meses. Atualmente, mantinham contato apenas por telefone. Ramirez conhecia a vítima há aproximadamente oito meses, o contato era apenas casual e há apenas um relato de desentendimento entre os dois (informação providenciada por Ramirez). Ramirez não relata nenhuma consequência física ou psicológica após a execução do evento.

Durante o termo de depoimento, Ramirez sentou-se a maior parte do tempo na ponta da cadeira, sem usar o encosto para as costas, mantendo uma posição curva e inclinada na direção da mesa, com os braços apoiados na mesma. A priori, essa configuração era constante. Entretanto, havia sempre certa inquietação, o que desmontava essa configuração, retornando em seguida. Grande parte do tempo, Ramirez manipulava os objetos ao seu alcance, controlava seus gestos e o alcance dos mesmos, procurando mantê-los dentro de seu limite pessoal.

Seu discurso apresentou volume constante, com fluência mal desenvolvida e conteúdo repetitivo, evitando responder perguntas diretas e sempre colocando em pauta o seu arrependimento. Suas respostas eram longas, porém sem novos conteúdos, com ritmo contínuo e sem retardo ou hesitação antes de responder. Sua

fala era rápida e não fazia pausas durante as respostas, mantinha seu tom de voz, gaguejava e trocava algumas letras.

Seus emblemas eram cortados e incompletos, gestos ilustradores em sincronia com o discurso, respiração curta e rápida. Na face, suas expressões apareciam quebradas, buscava o contato visual, mas quando obtinha, realiza uma fuga ou piscava. Suas expressões tinham um aparecimento retardado e duração prolongada.

Análise



O tempo transcorrido entre o evento e o termo de depoimento, afeta os dados qualitativamente fornecidos pelo autor, visto que foi passível de planejamentos prévios. O tempo gasto na expressão dos fatos não revela nenhum dado significativo.

A apresentação física de Ramirez revela uma pessoa, além de prática, preocupada com o impacto social que irá causar, logo pode sugerir uma tentativa de manipulação de impressão, tentativa esta que busca tirar o foco do evento e mudá-lo para a pessoa social que Ramirez está apresentando.

A distância em que Ramirez se encontrava no evento é uma distância de ação, ou seja, o espaço que um indivíduo possui para realizar um ato, espaço esse que permite uma percepção adequada tanto do evento quanto de possíveis conseqüências de uma ação.

O relacionamento afetivo/emocional mantido com a vítima e com a companheira da vítima condiz com a ação tomada para a resolução de um provável conflito entre a vítima e personalidade do agressor. Era um relacionamento afetivo próximo e a vítima possuía um perfil propício para sofrer um homicídio passional.

O posicionamento corporal adotado por Ramirez durante o depoimento revela uma pessoa que tentava impor sua opinião e sua visão do evento. Há certo

desconforto, visto que buscava manipular os objetos a sua frente, sugerindo uma tentativa de controlar os sentimentos e sensações eliciados pela situação de apuração em um interrogatório.

Seu discurso desarticulado, rápido, com conteúdo pobre e erros paralinguísticos, sugere confusão com o conteúdo previamente planejado para ser exposto, indicando uma tentativa de manipulação da sequência em que ocorreu o evento.

Os sinais surgidos em sua face podem dar indícios de dissimulação, como também ser expressão de um desconforto emocional, tanto em relação ao evento quanto em relação à situação de depoimento.

A frequência com que Ramirez dizia que se arrependia era uma tentativa de eliciar conteúdos benevolentes no interrogador ou uma tentativa de diminuir o peso de seus atos. As respostas evasivas ou imprecisas sugerem uma tentativa de manipulação do evento, tentando passar a impressão de que a ação tomada deu-se em um momento de descontrole emocional (impulsividade).

Ressalta-se que o advogado de Ramirez por diversas vezes corrigiu declarações dadas pelo mesmo, como também interveio sempre que o mesmo pudesse dar dados claros sobre o que, de fato, ocorreu.

Caso 2 – Homicídio passional

Análise do Inquérito

Refere-se a um corpo de uma mulher, não identificada por moradores da região em que fora encontrado. O corpo possuía ferimentos de arma de fogo (três perfurações). Após a identificação do corpo, soube-se que a vítima havia rompido um relacionamento há pouco tempo e era frequentemente procurada pelo ex-companheiro. Dados investigativos revelam que o ex-companheiro foi o mandante

do homicídio, sendo que, após o evento, este ex-companheiro foi encontrado assassinado, provavelmente por um terceiro, contratado para matar a primeira vítima (mulher).

Checklist

A testemunha participante da pesquisa é amiga do suposto autor do duplo homicídio. Apresentou-se acompanhado de um agente de polícia. O depoimento complementar era o segundo dado para as autoridades investigativas, distava oito dias do primeiro e três meses e quatro dias do evento ocorrido. Durou cerca de 30 minutos.

Carlos (nome fictício) trajava camiseta, calça jeans com pequenos rasgos e chinelos, todos manchados de tinta. Braços e pernas também apresentavam manchas de tintas. Possui cabelos curtos, barba por fazer, relógio de pulso, não ostentando nenhuma corrente ou jóia.

Carlos não presenciou, de fato, o evento. Contudo havia emprestado sua moto para que o suposto autor realizasse os assassinatos. Ele alega desconhecer que o autor a usaria para tal fim. Dados complementares dão conta que após a ocorrência dos homicídios, o autor teria dado um celular para Carlos, aparentemente sem motivo explícito.

Sobre o tipo de relação mantida com o autor, Carlos declara que o conhecia há cinco anos, mas atualmente mantinha pouco contato com o mesmo, ressaltando que havia mais contato quando os dois trabalhavam juntos.

Durante o depoimento, Carlos sentou-se de modo “esparrramado” na cadeira, posicionando-se de lado à mesa, com um dos braços apoiado no encosto para as costas e outro apoiado na mesa. Houve pouca mudança dessa postura durante o tempo em que fora perguntado, com alternâncias para posturas em que cruzava

ambos os braços e uma perna sobre a outra. Usava seu espaço pessoal e o espaço a seu redor de forma regular.

Seu discurso apresentou volume constante e alto, com fluência e conteúdo de desenvolvimento moderado. Suas respostas eram de tamanho normal, com ritmo quebrado e sem hesitação ou retardamento. Não fazia pausas durante seu discurso, mantinha seu tom de voz e não cometia erros.

Seus emblemas eram completos, de acordo com o discurso, como também seus gestos ilustradores. Não se observou a presença de gestos manipuladores.

Suas expressões faciais eram completas e simétricas, em sincronia com o corpo e fala, e duração moderada. Contudo, evitava o contato visual.

Análise

O tempo transcorrido não afeta substancialmente os dados fornecidos pela testemunha, visto que, aparentemente, ele desconhecia para que a moto fora usada, como também que seu amigo havia cometido um duplo homicídio.

Apesar de Carlos apresentar-se sujo de tinta e aparentemente fora dos conformes sociais, tal dado é explicado pelo horário em que a testemunha fora trazida (provável horário de trabalho). Os cabelos curtos e limpos, e o relógio sem manchas de tintas, revelam uma pessoa prática, provavelmente higiênica fora do horário de trabalho e preocupada com as convenções sociais.

O relacionamento mantido com o suposto autor confere com o provável nível de intimidade relatado, visto que Carlos declara que o autor passava algum tempo sem manter contato ou aparecer pela região. Entretanto, não é passível de total desconhecimento para que o autor havia pedido a moto emprestada e, após alguns dias, passasse seu antigo celular para Carlos aparentemente sem motivo.

A configuração de sua postura corporal, apesar da aparente comodidade e tranqüilidade, contrastava com o posicionamento defensivo que tomava diante das perguntas feitas e das tentativas de obter maiores detalhes, já que ele fechava os braços e dava respostas evasivas, com pouco conteúdo.

O pouco contato ocular pode sugerir alguma dificuldade ou incomodo frente à situação de depoimento, bem como nervosismo ou tendência a ocultar algo.

A Tabela 1 apresenta uma síntese dos pontos mais relevantes achados durante a análise.

Tabela 1. Síntese dos resultados obtidos nos casos um e dois.

Caso	Resultados
Ramirez	-Apresentou-se acompanhado pelo advogado; -É ex-marido de Gigi e conhecia a vítima; -Fala em arrependimento constantemente; -Memória prejudicada (seis dias); -Nenhuma barreira física durante o evento; -Preocupado com a impressão social; -Postura corporal de agressividade; -Manipulação constante de objetos; -Discurso vago e repetitivo; -Sinais de nervosismo e dissimulação
Carlos	-Apresentado junto a um agente policial; -Mantinha contato com o autor (cinco anos) -Emprestou a motocicleta para o autor na época do homicídio e recebeu, tempos depois, um celular como presente; -Postura corporal defensiva e afastada; -Discurso sem pausas, com conteúdo e velocidade normal; -Evita contato visual durante as respostas;

Discussão

A hipótese levantada durante a realização da pesquisa dava conta de que era possível usar conhecimentos acerca da percepção, memória, mecanismos repressivos e leitura de comportamentos não-verbais para determinar, com eficácia, a confiabilidade dos relatos obtidos através de interrogatórios e depoimentos. Não foi possível confirmar totalmente tal hipótese, apesar do andamento das investigações seguirem o caminho da indicição.

O caso um demonstra que apesar da inexistência de barreiras físicas no ambiente, atenção, percepção e memória tendem a forçar o indivíduo a codificação de apenas aspectos mais representativos, como propõem Broadbent (1971); Ruiz-Vargas (1982); Wyer e Carlston (1979); todos citados por Solves (1984), já que o participante Ramirez fornece apenas informações que favoreçam o seu discurso e sua apercepção do evento.

Estado do Ceará
ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
BIBLIOTECA

Esperava-se que percepções realizadas em distância egocêntrica e peripessoal seriam mais precisas e conteriam maior número de detalhes. Contudo, como observado no caso um, talvez pelo conteúdo emocional envolvido, pela ação de mecanismos de repressão e recalque ou mesmo por uma intenção de dissimulação, isto não ocorre. Ramirez apresenta poucos detalhes, não sabendo nem ao menos precisar quantos tiros foram disparados, onde os tiros acertaram ou qual a ofensa que a vítima teria dito (Da Silva *et al*, 2006; Mira y Lopez, 1967; Dalgalarrrondo, 2000; Frank & Landeira-Fernandez, 2006).

Macedo *et al* (2007) propõem que em contextos familiares a percepção de estímulos seria mais precisa, o que não condiz com as falhas perceptivas contidas no caso um, como imprecisão de detalhes e pouca memória de conteúdo episódico, corroborando assim com a provável intenção de dissimular sobre o evento. Porém, a

omissão pode ser explicada também pelo método de reconstrução de funcionamento da memória proposto por Bartlett (1932, citado por Solves, 1982) e Bastos (1999), bem como pela influência que o indivíduo pode exercer nos limites da memória episódica e semântica. Há também ação de mecanismos de repressão e recalque (Dalgarrondo, 2004; Mira y Lopez 1967; Frank & Landeira-Fernandez, 2006). Deve-se ainda considerar os aspectos apresentados por Coelho (1999) e Dalgarrondo (2000) referentes à imagem mnêmica (pouca nitidez e incompletude).

Apercepção e representações (Trindade, 2004 e Coelho, 1999) são outros dois aspectos teóricos que pareceram exercer forte influência na evocação de fatos no estudo de caso, já que no caso um, as percepções relatadas por Ramirez pareciam ser constituídas, em sua maior parte, por apercepções ou percepções exigidas por representações. No evento, detalhes de ações relatadas sobre a vítima e detalhes acerca do fato conflituoso em questão ou eram omitidos ou distorcidos quando comparados a informações fornecidas por outras testemunhas do inquérito.

Pode-se dizer que durante os momentos intermediários do evento usa-se memória implícita, considerando que esta é uma memória reflexa e inconsciente. Isso fica claro no momento em que Ramirez diz que a vítima saca uma arma (provavelmente uma percepção exigida por uma representação) e no momento da agressão que realiza contra sua ex-esposa sem justificativa (Dalgarrondo, 2000; Frank & Landeira-Fernandez, 2006; Helene & Xavier, 2003; Lombroso, 2004).

Na evocação dos fatos do caso um, constatou-se maior presença de realidade imaginada e memória semântica, já que Ramirez apresentava sempre informações que tentavam justificar a ação tomada ou que inferiam sentimentos e ações à vítima. É possível que a confiabilidade do testemunho seja medida baseando-se nas

definições de realidade percebida e imaginada, bem como nas definições de memória episódica e semântica (Trindade, 2004; Frank & Landeira-Fernandez, 2006).

Provavelmente, o tempo transcorrido entre o evento e expressão do testemunho influencia em um aumento de memória semântica e um decréscimo de memória episódica, visto que o relato do evento, no caso um, empregou em grande parte mais informações idiossincráticas (ciúmes que a vítima sentia de Ramirez, agressões que a vítima teria feito ao mesmo, apercepção de uma vítima armada). Desse modo, a percepção de um fato delituoso estaria, a priori, prejudicada pelo estado afetivo no momento perceptivo. Isto levaria tanto a percepções que conteriam fatos de uma realidade percebida como também de uma realidade imaginada.

Em relação ao *cold reading* e leitura dos comportamentos não-verbais, poder-se-ia dizer que ambos foram eficazes, nos seus limites, em sua utilização. No caso um e dois pôde-se identificar a classe social, posição política, habilidades sociais, posicionamento em grupos sociais, habilidade analítica, compaixão e satisfação com a vida, itens propostos por Tradecraft (2002) e Dimitrius e Mazzarella (2001). Isso fica evidente na apresentação física, no discurso desenvolvido e na postura corporal.

Os indicativos de dissimulação propostos por Portella (2006), Dimitrius e Mazarella (2001), e Smith (2004), bem como a análise tanto do comportamento verbal, como do conteúdo do discurso citada por Caballero *et al* (2000) forneceram informações mais confiáveis do que apenas a entrevista de interrogatório. Pode-se exemplificar com o posicionamento que Ramirez adota (sentar-se na ponta da cadeira) e o comportamento manipulatório (manipular objetos a sua frente) diante de perguntas referentes ao evento de homicídio em que ele responde de modo vago e evasivo. No caso dois, cita-se como exemplo a postura adotada por Carlos

(esparramar-se na cadeira e evitar contato ocular) quando as perguntas referiam-se a seu relacionamento com o suposto autor do delito.

Cold reading e leitura dos comportamentos não-verbais mostraram-se mais efetivos do que a atemorização ou confrontação de informações, como sugeriu Mira y Lopez (1967), podendo dar maiores informações a respeito dos dois participantes de ambos os casos, como a disposição frente ao interrogatório, posicionamento (agressivo, cooperativo) e intenção.

Provavelmente, em situações de interrogatório e depoimento a influência de mecanismos repressivos é marcante, podendo ser exemplificados pela omissão, distorção e esquiva frente a perguntas diretas sobre o evento. Não se pôde constatar, efetivamente, a ocorrência de falsas memórias, visto que não houve aplicação da entrevista cognitiva e a utilização apenas da análise de conteúdo não garante com confiabilidade a exclusão de fatos assim relatados.

Um fato a se destacar, é que a maioria dos homicídios acontecem em distância peripessoal ou manipulatório (Da Silva *et al*, 2006).

De um modo geral, o *checklist* desenvolvido mostrou grande eficácia no sentido de sistematizar e direcionar a observação, bem como a apuração do discurso. Seria necessário, contudo, operacionalizar os comportamentos não-verbais apresentados. Seu uso junto com a análise de conteúdo baseado em critérios, do inquérito, revelou aumento significativo da validade dos dados. Porém, outro como já havia alertado Saldaña (2003) é necessário operacionalizar os critérios de análise.

Sugere-se pesquisas que mesquem técnicas da entrevista cognitiva com técnicas de interrogatório, pois, provavelmente, apesar do tempo de inquirição aumentar, ter-se-ia mais dados de memórias episódicas do que memórias semânticas. Tal acréscimo das memórias semânticas pode ser explicado também pelo

posicionamento do investigador frente à testemunha, visto que parece haver uma escuta voltada para o que a testemunha tem de informações idiossincráticas.

Optou-se por expandir o estudo para um suposto autor de homicídio como participante da pesquisa, pela razão de, possivelmente, os comportamentos de dissimulação emergirem com maior frequência, e para demonstrar a aplicabilidade da ciência. Percepção, memória e mecanismos repressivos, agem independente da posição jurídica que determinada pessoa ocupa. Obviamente, a avaliação, do ponto de vista psicológico, não visa produzir prova contra ou a favor do autor, mas, principalmente, compreender as diferenças existentes no expressar das diferentes posições jurídicas apresentadas.

Apesar dos cinco fatores serem apresentados desmembrados, tal separação tem por objetivo apenas a exposição didática. É preciso ter em mente que os processos de atenção, percepção e memória não ocorrem separadamente e sim simultaneamente. Mecanismos de repressão, falsas memórias e possíveis indícios de dissimulação são processos que ocorrem no imbróglio das faculdades mentais, talvez de modo consciente, talvez de modo inconsciente, mas, definitivamente, com expressão inconsciente no corpo. *Cold reading* pode ser considerado tanto arte como ciência, contudo não nos dá uma visão tão completa como um teste psicométrico ou projetivo o faria. Recomenda-se, portanto, que ao considerar uma testemunha como foco de análise tenha-se em mente a complexidade de sua personalidade e a momentaneidade a qual está sendo submetida, não tomando como verdade absoluta a conclusão chegada durante a análise.

A abertura aos paradigmas éticos frente a estudos com testemunhas é outro fator a ser superado. Estudos e pesquisas que usam testemunhas em delegacias são desenvolvidos em larga escala nos Estados Unidos, México e Espanha.

Referências

- Altoé, S. (2001). Atualidade da psicologia jurídica. *Revista de Pesquisadores da Psicologia no Brasil*, n.2.
- Bastos, A. (1999). Sobre a lembrança: uma abordagem psicanalítica dos limites estruturais da memória. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 12, n.3.
- Caballero, A., Sánchez, F., Becerra, A. (2000) Conocimiento social de la mentira y credibilidad. *Psicothema*, 12, 002, 236-240.
- Coelho, N. E. J. (1999). Inconsciente e percepção na psicanálise freudiana. *Psicologia USP*, 10, n.1, 25-54.
- Costa, B. B. (1987). *Testemunhas*. Campinas: Julex Livros LTDA.
- Dalgarrondo, P. (2000). *Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Da Silva, J. A., Casanova, J. A. A., Filho, N. P. R., & Santillán, J. E. (2006). Acerca da métrica da percepção do espaço visual. *Arquivos Brasileiros de Oftalmologia*, 69, n.1, 127-135.
- Dimitrius, J., & Mazarella, M. (2001). *Reading people*. New York: Random House.
- Ekman, P., & O'Sullivan, M. (1991). Who can catch a liar?. *American Psychologist Association*, 46, n.9, 913-920.
- Ekman, P. (1996). Why don't we catch liars?. *Social Research*, 63, n.3, 801-817.
- Ekman, P., O'Sullivan, M., & Frank, M. G. (1999). I feel can catch a liar. *American Psychological Society*, 10, n.3.
- Filho, O. G. da, S., Brandão, A. S. de, P., Melo, C. C. de, M., Pugas, D. da, A., Silva, J. da, S. & Medrado, R. R. Jr. (2003). A Psicologia Jurídica no Brasil. *Estudos Goiânia*, 30, 1951-1966.

- França, F. (2004). Reflexões sobre psicologia jurídica e seu panorama no Brasil. *Psicologia: Teoria e Prática*, 06, 1, 73-80.
- Frank, J., & Landeira-Fernandez, J. (2006). Rememoração, subjetividade e as bases neurais da memória autobiográfica. *Psicologia Clínica*, 18 (1), 35-47.
- Helene, A. F., & Xavier, G. F. (2003). A construção da atenção a partir da memória. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, 25 (2), 12-20.
- Lombroso, P. (2004). Aprendizado e memória. *Revista brasileira de Psiquiatria*, 26, n.3, 207-210.
- Macedo, E. C., Covre, P., Orsati, F. T., Oliveira, M. O., & Schwartzman, J. S. (2007). Análise dos padrões dos movimentos oculares em tarefas de busca visual: efeito da familiaridade e das características físicas do estímulo. *Arquivos Brasileiros de Oftalmologia*, 70, n.1, 31-36.
- Mira y Lopez, E. (1967). *Manual de Psicologia Jurídica*. São Paulo: Impactus.
- Neufeld, C. B.; Domingos, L. P.; e Stein, L. M. (1999, agosto). *Avanços e aplicações em falsas memórias*. Artigo apresentado no III Congresso Ibero-Americano de Psicologia Jurídica, São Paulo, SP.
- Pergher, G. K., & Stein, L. M. (2005). Entrevista cognitiva e terapia cognitiva-comportamental: do âmbito forense à clínica. *Revista Brasileira de Terapias Cognitivas*, 1, n.2, 11-20.
- Portella, M. (2006). *Como identificar a mentira*. Rio de Janeiro: Qualitymark.
- Portella, M., & Clark, C. (2006). Sinais não-verbais da dissimulação: inatos ou adquiridos?. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 6, n.2, 06-20.
- Querejeta, L. M. (1999). Validez y credibilidad del testimonio: la psicologia forense experimental. *Cuaderno del Instituto Vasco de Criminologia*, n.13, 157-168.
- Saldaña, A. C. T. (2003). *Estrategias psicológicas para evaluar veracidad de testimonio*. Retirado no dia 15/09/2007, do website: <http://www.publomatic.com/diario.php3?d=elcofredeextramuros&numart=20222>

Solves, J. J. M. (1984) Estudios sobre psicologia del testimonio. *Papeles del psicólogo*, n.15.

Stein, L. M. (1999, agosto). *Falsas memórias em depoimentos de testemunhas*. Artigo apresentado no III Congresso Ibero-Americano de Psicologia Jurídica, São Paulo, SP.

Tradecraft. (2002). *The art and the science of cold reading*. Schaumburg: Trickshop.

Trindade, J. (2004). *Manual de psicologia jurídica para operadores do direito*. Porto Alegre: Livraria do Advogado.

Smith, D. L. (2004). *Why we lie*. New York: St Martin's Press.

Anexos

Ficha de Registro

Nº do processo: _____ Data de Início: _____

Testemunha

Identificação: _____
Tipo de homicídio e caracterização: _____
Quantidade de testemunhos e tipo: _____
Informações adicionais: _____

1) Tempo Transcorrido do fato:

Tempo entre a ocorrência e o depoimento

Tempo gasto na expressão do depoimento

Outros: _____

2) Condições de Percepção do Fato:

Tipo de iluminação

Capacidade visual

Existência de barreiras sonoras

Capacidade auditiva

Localização no momento da percepção

Influência de drogas sensoperceptivas

Outros: _____

3) Apresentação física / Linguagem corporal (traços opcionais e não opcionais)

4) Tipo de relação afetiva mantida com a vítima e/ou agressor:

Tempo de relacionamento

Tipo de relação mantida

Grau de proximidade

Quantidade de encontros por semana

Outros: _____

5) Principais reações eliciadas em
relação ao fato:
Reação primária

Sentimentos despertados
Consequências psicológicas e/ou
biológicas
Outros:

6) Sinais paralinguísticos de
dissimulação:

Discurso:

Volume

- () Elevação contínua
- () Elevação moderada
- () Manutenção
- () Diminuição moderada
- () Diminuição contínua

Tipo de Volume

- () Alto
- () Moderado
- () Baixo

Velocidade

- () Rápida
- () Moderada
- () Lenta

Fluência e Conteúdo

- () Bem desenvolvida
- () Desenvolvimento moderado
- () Mal desenvolvida
- () Repetições

Respostas

Tamanho:

- () Longa
- () Normal
- () Curta

Ritmo:

- () Contínuo
- () Normal
- () Quebrado

Hesitação antes de responder ou
retardamento:

- () Ausente
- () Presente

Pausas

- () Longas
- () Normais
- () Curtas
- () No início do discurso
- () No meio do discurso
- () Após perguntas importantes
- () Frequentes
- () Moderadas
- () Ausentes

Tom de voz

- () Elevação contínua
- () Elevação moderada
- () Manutenção do tom de voz
- () Diminuição moderada
- () Diminuição contínua

Erros no discurso

- () Gaguejar
- () Trocar letras
- () Trocar palavras

7) Sinais faciais:

Expressão facial

- () Quebradas

☐ Completas

☐ Simétricas

☐ Assimétricas

Localização:

☐ Antes da fala

☐ Sincronizada com o corpo e fala

☐ Depois da fala

Comportamento Ocular

☐ Aumento do contato

☐ Contato moderado

☐ Fuga

☐ Piscadas freqüentes

☐ Piscadas moderadas

☐ Piscadas longas

☐ Piscadas curtas

Timing da expressão

☐ Aparecimento rápido

☐ Aparecimento retardado

☐ Duração moderada

☐ Duração prolongada

8) Movimentos Corporais :

Emblemas

☐ Cortados

☐ Normais

☐ Incompletos

☐ Completos

☐ Fora da região de apresentação

☐ Dentro da região de apresentação

☐ De acordo com o discurso

☐ Desacordo com o discurso

Gestos ilustradores

☐ Presentes

☐ Ausentes

☐ Em sincronia com o discurso

☐ Fora de sincronia

Gestos manipuladores

☐ Presentes

☐ Ausentes

☐ Frequência elevada

☐ Frequência moderada

☐ Frequência baixa

Postura

☐ Cooperativa

☐ Defensiva

☐ Agressiva

Movimentos e mudanças posturais:

☐ Freqüentes

☐ Moderados

☐ Baixa frequência

Uso do espaço:

☐ Uso elevado

☐ Uso regular

☐ Sem uso de espaço

Respiração

☐ Curta e rápida

☐ Moderada

☐ Longa

☐ Presença de suspiros profundos

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIMENTO

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário, em uma pesquisa. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa você não será penalizado de forma alguma. Em caso de dúvida você poder procurar o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Católica de Goiás pelos telefones: **3946-1070**; **3946-1431**.

Informações sobre a Pesquisa:

Título do Projeto: Psicologia do Testemunho: eficácia na obtenção e validação de relatos.

Pesquisadores Responsáveis e Contato:

Juliany Gonçalves.Guimarães – Professora Supervisora da Universidade Católica de Goiás

Telefone: (62) 3225-2352 / (62) 8138-0496

Raimundo Rocha Medrado Junior – Supervisor de Campo Policia Militar do Estado de Goiás (D.S. / APM)

Telefone: (62) 3201-2261 / (62) 9124-7188

Alvimar Souza Pugas Junior – Estagiário de Psicologia da Universidade Católica de Goiás

Telefone: (62) 3093-8159 / (62) 9998-4180

- Essa pesquisa está sendo desenvolvida com testemunhas de morte violenta, tendo por objetivo a melhor eficácia na obtenção e validação dos relatos obtidos. O procedimento utilizado será a observação participativa, podendo o pesquisador dirigir perguntas para o sujeito da pesquisa. Além da observação, poderão ser utilizados provas específicas para validar o testemunho. O sujeito poderá ser usado na pesquisa desenvolvida.
- Nesta pesquisa, não há nenhum risco à saúde física bem como à índole ou moral do participante. Entretanto, o testemunho expresso poderá ser confrontado e invalidado de acordo com especificações da observação. Em caso de desconforto psicológicos, poderá a testemunha receber o auxílio necessário.
- Ao participar desta pesquisa o sujeito estará contribuindo para uma melhor atuação investigativa e policial diante dos fatos envolvidos e resolução dos mesmos.
- A participação terá duração enquanto perdurar a exposição do testemunho. O sigilo das informações obtidas estará garantido enquanto tais informações não prejudicarem ou não tiverem a intenção expressa de obstruir a investigação. O direito à retirada do consentimento poderá ser feito a qualquer tempo.

• **Nome do pesquisador:** Alvimar Souza Pugas Junior

• **Assinatura do pesquisador:** _____

• **Data:** _____

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA
CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, _____, RGnº _____
CPF nº _____, abaixo assinado, concordo em participar do
estudo **Psicologia do Testemunho: eficácia na obtenção e validação de relatos**,
como sujeito. Fui devidamente informado e esclarecido pelo pesquisador **Alvimar
Souza Pugas Junior**, sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim
como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me
garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem e que isto
leve à qualquer penalidade à minha pessoa.

Local e data: _____
Nome do Sujeito: _____
Assinatura do Sujeito: _____

Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e
aceite do sujeito em participar:

Testemunhas:

Nome: _____

Assinatura: _____

Nome: _____

Assinatura: _____

Observações complementares: